

**Volmir José Brutscher
Pedro José Santos Carneiro Cruz
José Francisco de Melo Neto
Adriana Maria Macêdo de Almeida Tófoli
(organizadores)**



Anais

**Editora da UFPB
João Pessoa
2017**



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

Vice-Reitora BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA



EDITORA DA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA

**Supervisão de
Editoração** ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR

**Supervisão de
Produção** JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

COMISSÃO CIENTÍFICA

PROF. DR. VOLMIR JOSÉ BRUTSCHER
PROF. DR. PEDRO JOSÉ SANTOS CARNEIRO CRUZ
PROF. DR. JOSÉ FRANCISCO DE MELO NETO

O Professor Pedro José Santos Carneiro Cruz é Professor Adjunto do Departamento de Promoção da Saúde/CCM. Atua como líder do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), vinculado ao CNPq e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB. É ainda membro participante do Grupo de Pesquisa Educação Popular em Saúde, vinculado ao CNPq e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, do qual são líderes: o Professor Eymard Mourão Vasconcelos e a Professora Gildeci Alves Lira. É também membro do GT de Educação Popular em Saúde da ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva e é vinculado ao Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS: Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS, no qual atua como coordenador. O VEPOP-SUS é apoiado pelo Ministério da Saúde para a UFPB, por meio do TC 383/2013.

Prof. José Neto é Professor Titular do Centro de Educação e coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Extensão e Ensino em Economia Solidária e Educação (NUPLAR).

O Prof. Pedro Cruz é, juntamente com a Prof^a Ana Cláudia Peixoto de Vasconcelos, coordenador do Programa de Extensão PINAB – Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica.

Todos são docentes do quadro da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O Prof. Volmir Brutscher é membro do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), vinculado ao CNPq e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB.

O conteúdo dos artigos, resumos e demais textos, bem como suas revisões de português, de formatação e de ABNT são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, não da organização dos Anais e do Encontro.

EDITORA DA UFPB

Cidade Universitária, Campus I –s/,

João Pessoa – PB

CEP 58.051-970

editora.ufpb.br

editora@ufpb.br

Fone: (83) 3216.7147

ISBN 978-85-237-1265-5



9 788523 712655

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

E56 Encontro Paraibano de Experiências em Educação Popular (18 e 19 : 2016 : João Pessoa-PB.).

Anais do I Encontro Paraibano de Experiências em Educação Popular, CEJUBE -18 e 19 de agosto de 2016 / Organizadores: Volmir José Brutscher, Pedro José Santos Carneiro Cruz, José Francisco de Melo Neto, Adriana Maria Macêdo de Almeida Tófoli.- João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

39 p.

ISBN: 978-85-237-1265-5

1. Educação Popular. 2. Trabalhos Sociais – Paraíba. 3. Extensão Universitária. 4. Ações de Extensão – Educação Popular. 5. Extensão – Práticas Experiências. I. Brutscher, Volmir José. II. Cruz, Pedro José Santos Carneiro. III. Melo Neto, José Francisco de. IV. Tófoli, Adriana Maria Macêdo de Almeida.

CDU: 37.017.4

Realização e Coordenação:

- Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR)
- Programa de Extensão Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB)

Comissão Organizadora:

- Coordenação de Educação Popular - COEP/PRAC/UFPB;
- Rede de Educação Cidadã - RECID;
- Conselho Estadual de Saúde da Paraíba;
- Projeto PEPASF - Educação Popular e Atenção à Saúde da Família;
- Programa Mais Saúde na Comunidade;
- Movimento Popular de Saúde - MOPS e ANEPS Paraíba;
- Residência Multiprofissional em Saúde Mental/NESC/CCS/UFPB.

Apoio:

- Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS: Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS
- Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR)
- Centro de Ciências Médicas (CCM)
- Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC)
- Ministério da Saúde: Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES) e Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP)
- Ministério da Educação: Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT) - SESu

Coordenadores:

Volmir José Brutscher

Adriana Maria Macêdo de Almeida Tófoli

Pedro José Santos Carneiro Cruz

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: A ARTICULAÇÃO E O FORTALECIMENTO DE UMA PERSPECTIVA EMANCIPADORA NOS TRABALHOS SOCIAIS PARAIBANOS E NA FORMAÇÃO DE SEUS SUJEITOS.....	7
EXPERIÊNCIAS APRESENTADAS	10
SEAMPO –CCHLA - UFPB: Construindo uma Prática Educativa Popular	11
Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos - NCDH/UFPB	13
Para Além da Psicologia Clínica Clássica	14
A Educação Popular como facilitadora de autorreconhecimentos e redescobertas.....	15
De olho nas Contas e Políticas Públicas	16
Maré Produções Artísticas e Educacionais.....	19
Alunos circenses e filhos de funcionários de parques de diversões	20
Ricardo Brindeiro e a Beira da Linha: A Educação Popular construindo identidade	22
Atendimento à criança hospitalizada	24
Comissão Pastoral da Terra - CPT.....	25
Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica – PINAB.....	27
PEPASF - Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família.....	29
Violência E Mulher: Experiências Performativas Vivenciadas na Comunidade Maria de Nazaré no Bairro do grotão no Município de João Pessoa-PB.....	31
Movimento Popular de Saúde da Paraíba	32
Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania.....	33

GESTAR - Assessoria de Povo Tradicionais37

PROGRAMAÇÃO.....38

APRESENTAÇÃO: A ARTICULAÇÃO E O FORTALECIMENTO DE UMA PERSPECTIVA EMANCIPADORA NOS TRABALHOS SOCIAIS PARAIBANOS E NA FORMAÇÃO DE SEUS SUJEITOS

*Volmir José Brutscher, Adriana Maria Macêdo de Almeida Tófoli, Pedro José Santos Carneiro
Cruz, Renan Soares de Araújo*

O 1º Encontro Paraibano de Experiências em Educação Popular configurou iniciativa idealizada e coordenada pelo Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), com o apoio do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) e do Programa de Extensão PINAB – Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica¹.

Foi intencionalidade desse Encontro aprofundar diálogos e articulações entre sujeitos que construíram e constroem a história da Educação Popular, enquanto teoria e prática orientadora de trabalhos sociais em qualquer área do conhecimento, no estado da Paraíba e aqueles que a representam nos dias de hoje, contemplando as mais diversas experiências, seja no campo científico, seja no campo social e popular.

Dentre seus objetivos, destacaram-se:

- a) Resgatar e reafirmar a memória e a história da Educação Popular na Paraíba;
- b) Socializar experiências de pesquisa em Educação Popular;
- c) Apresentar e debater experiências/práticas em Educação Popular desenvolvidas na Paraíba;
- d) Identificar e debater os desafios para/da/em Educação Popular.

Ao longo do evento, foi possível realizar: uma análise de conjuntura da realidade brasileira e paraibana na perspectiva da Educação Popular; um seminário que teve como pauta a Memória e História da Educação Popular; a apresentação e discussão de Experiências de Educação Popular; um seminário com a temática da Pesquisa em Educação Popular; a Identificação e debate de desafios para/da/em Educação Popular.

¹ O EXTELAR compõe o NUPLAR, o qual está institucionalmente vinculado à Coordenação de Educação Popular (COEP) da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) da UFPB. Por sua vez, o PINAB está vinculado ao Departamento de Nutrição/CCS e ao Departamento de Promoção da Saúde/CCM da UFPB.

O presente Encontro teve como um de seus objetivos articular os mais variados atores que desenvolvem práticas e ações com base na proposta da Educação Popular freireana. Muitas iniciativas de Educação Popular são realizadas no âmbito universitário, principalmente a partir da Extensão; outras são constituídas em espaços facilitados por associações, organizações não governamentais, sindicatos, e assim por diante. Nessa direção, o Encontro foi construído na perspectiva de aglutinar as mais distintas iniciativas de Educação Popular, tendo em vista as suas diferentes interfaces. Tivemos a participação de sujeitos advindos das mais variadas áreas, sendo assim, foram apresentadas iniciativas desenvolvidas desde a área das ciências sociais e humanas, bem como da educação e das artes, até iniciativas de diferentes campos da saúde.

Como este evento tinha como intuito essa articulação de distintos atores que desenvolvem experiências de Educação Popular por todo estado paraibano, e levando em consideração que os processos de Educação Popular, em suma, são desenvolvidos com os grupos populares de nossa sociedade, consideramos que foi significativo e relevante seu impacto social. Um momento pedagógico e de mobilização como este é de fundamental importância para o exercitar da práxis, num processo contínuo de ação-reflexão sobre o trabalho social desempenhado em tais iniciativas.

Outro caminho importante desse evento foi debater os desafios e caminhos da Pesquisa em Educação Popular, levando em conta que no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB existe uma linha de pesquisa específica em Educação Popular; além do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), que faz parte da organização do evento.

Fez, então, parte da proposta central deste Encontro, ensejar a reflexão sobre as possibilidades e obstáculos para a articulação das dimensões do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, orientadas por uma perspectiva ético-política em acordo com os princípios da Educação Popular.

Por mais que a idealização, coordenação e realização desse Encontro tenham partido do EXTELAR, com participação central do PINAB e do NUPLAR, cumpre destacar que o mesmo foi promovido com a participação ativa das seguintes entidades na Comissão Organizadora: Coordenação de Educação Popular - COEP/PRAC/UFPB; Rede de Educação Cidadã - RECID; Conselho Estadual de Saúde da Paraíba; Projeto PEPASF - Educação Popular e Atenção à Saúde da Família; Programa Mais Saúde na Comunidade; Movimento Popular de Saúde - MOPS e ANEPS Paraíba; Residência Multiprofissional em Saúde Mental/NESC/CCS/UFPB. O Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS – Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS apoiou decisivamente com fomento a bolsistas, materiais e outras contribuições estruturais.

ANAIS DO 1º ENCONTRO PARAIBANO DE EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

EXTELAR/PINAB/NUPLAR – 18 E 19 DE AGOSTO DE 2016

Centro de Atividades e Lazer do Aposentado e Pensionistas Padre Juarez Benício (CEJUBE)

João Pessoa- PB

A construção desse Encontro possibilitou a comunicação, integração e fortalecimento dos diversos protagonistas de iniciativas, ações e experiências em Educação Popular espalhadas pelo estado da Paraíba, sejam aquelas oriundas de movimentos sociais, de grupos populares, de instituições e organizações da sociedade civil, sejam aquelas do âmbito acadêmico.

Experiências

Apresentadas

SEAMPO –CCHLA - UFPB: Construindo uma Prática Educativa Popular

Autor: Antonio Mendes da Silva; Maria Helena Lins

Organização/Movimento Social/ Entidade: SEAMPO_CCHLA – UFPB

A construção do SEAMPO como prática educativa popular tem sua origem nas atividades de extensão, realizada na comunidade rural de Jaque, localizada no município de Cruz do Espírito Santo, Estado da Paraíba. Onde se desenvolveu o projeto de extensão e foi trabalhado o tema da educação rural envolvendo trabalhadores, estudantes e docentes. Esta prática educativa foi reconhecida e oficializada pelo conselho de centro, com a sigla de SEAMPO (Setor de Estudo e Assessoria aos Movimentos Sociais Populares), passando a fazer parte da estrutura organizacional do CCHLA- UFPB em 14 de Maio de 1985. O SEAMPO, enquanto setor de extensão do CCHLA- UFPB, atua junto aos Movimentos Sociais Populares da Paraíba, buscando atender suas demandas, reforçando e fortalecendo as organizações e lutas pelos direitos da cidadania. E através dos projetos de extensão desenvolve atividades contemplando, o ensino a pesquisa e a extensão pilares da política educacional da UFPB. A prática educativa popular do SEAMPO fundamenta-se pelos princípios metodológicos da Educação Popular orientado pelo pensamento do educador Paulo Freire. O qual defende a participação como fundamental no processo de construção de todas as práticas educativas para que sejam consequentes no espaço da sociedade.

Em seu processo de construção o SEAMPO defende a extensão como um trabalho social, que se assenta sobre o diálogo entre os saberes populares e científicos e populares produzido pela academia e na sociedade. Bem como aquela que valoriza e estimula o coletivo reconhecendo, as potencialidades individuais no processo de formação/capacitação de educadores militantes atuantes na sociedade em defesa dos direitos da cidadania. A estrutura organizativa do SEAMPO é construída pelos Grupos Trabalho (GTs), os quais surgem a partir de temas de interesses das pessoas e se transformam em pesquisas ou em projeto de extensão. Como desenvolve uma dinâmica pedagógica popular proporcionada pelas atividades de extensão onde diversas temáticas são trabalhadas como: Alfabetização de Jovens e Adultos, Educação Popular, Gênero, Assentamentos Rurais, Assessoria a grupos populares, A questão Indígena, Ética na Política, Saúde do Trabalhador e Criança e Adolescente. Por isso asseguramos que a prática educativa popular do SEAMPO é interdisciplinar pela formação acadêmica dos seus participantes como sejam: Docentes, Estudantes, Técnicos-Educadores e Voluntário (as), formando um coletivo de pessoas construíram e continua construindo para consolidar a prática educativa popular do SEAMPO. Dentre as temáticas trabalhadas

ANAIS DO 1º ENCONTRO PARAIBANO DE EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

EXTELAR/PINAB/NUPLAR – 18 E 19 DE AGOSTO DE 2016

Centro de Atividades e Lazer do Aposentado e Pensionistas Padre Juarez Benício (CEJUBE)

João Pessoa- PB

continuamos com “A questão Indígena”, onde estamos construindo e reconstruindo a prática educativa popular do SEAMPO, através do projeto de extensão que tem como foco a formação dos universitários indígenas e estudantes da escola pública, provocando o debate sobre direitos da cidadania.

A prática educativa popular do SEAMPO vem desenvolvendo: estudos, leituras e escrita, pesquisas, extensão e sistematização. Gerando relatórios, textos, artigos, monografias e livros, uma vasta produção de conhecimento que se encontra no seu acervo. Bem como tem estabelecido parcerias dentro e fora da UFPB, com as organizações populares, governamentais e não governamentais. Finalmente a prática educativa popular do SEAMPO vem sendo avaliada e sua produção teórica tem servido subsídio para alimentar o debate da educação popular que fazemos.

ANAIS DO 1º ENCONTRO PARAIBANO DE EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

EXTELAR/PINAB/NUPLAR – 18 E 19 DE AGOSTO DE 2016

Centro de Atividades e Lazer do Aposentado e Pensionistas Padre Juarez Benício (CEJUBE)

João Pessoa- PB

Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos - NCDH/UFPB

Autor: Wallene de Oliveira Cavalcante**Organização/Movimento Social/ Entidade:** PROCASE - Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Curimatáu, Seridó e Médio Sertão.

Por meio do Grupo Temático Educação e Cultura em Direitos Humanos (GT1), coordenado pela Profa. Dra. Maria de Nazaré Tavares Zenaide, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) realiza estudos de natureza teórica e histórica sobre os fundamentos filosóficos, culturais e educacionais dos Direitos Humanos. Reflexões sobre a Ciência e a Cultura contemporâneas e suas implicações sobre os Direitos Humanos. Estudos sobre a articulação entre Direitos Humanos e Valores. Análises sobre as mudanças paradigmáticas ocorridas na produção do conhecimento e as demandas, delas decorrentes, necessárias ao processo educacional. As teorias e os métodos pedagógicos mais adequados para uma educação aos direitos humanos na educação formal e informal e outros espaços formativos. Educação em Direitos Humanos para sujeitos identitários específicos: gênero, etnia, crianças, adolescentes, meio-ambiente, etc. Reflexão e sistematização das práticas educativas em direitos humanos. Em 2015, concluímos o mestrado em Educação em Direitos Humanos (EDH) apresentando uma pesquisa sobre a EDH na Rede Marista de Educação, analisando a história dos 90 anos do Colégio Marista Pio X na Paraíba, com recorte para a Educação Popular, na década de 90, onde o Instituto Marista teve grande contribuição na difusão da EP em diversos Estados. Em minha dissertação faço um recorte da Paraíba. O GT Educação e Cultura em DH, do NCDH, tem uma proposta formativa na perspectiva da educação formal e não formal, com forte inserção em grupos específicos (gênero, etnia, crianças e adolescentes, meio ambiente e outros). Consideramos oportuno compartilhar essa caminhada e dialogar com outras experiências no I Encontro Paraibano de Educação Popular.

ANAIS DO 1º ENCONTRO PARAIBANO DE EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR
EXTELAR/PINAB/NUPLAR – 18 E 19 DE AGOSTO DE 2016
Centro de Atividades e Lazer do Aposentado e Pensionistas Padre Juarez Benício (CEJUBE)
João Pessoa- PB

Para Além da Psicologia Clínica Clássica

Autor: Karla Patricia de Oliveira Meira Nóbrega; Paula Alves Rodrigues de Melo

Organização/Movimento Social/ Entidade: Para Além da Psicologia Clínica Clássica

Há treze anos iniciou-se uma história
Que tem como base a Educação Popular
Com escuta, cuidado e alegria
Iniciou-se o Para Além da Psicologia.
No embalo da sensibilização
A humanização se tornou seu ponto forte
Parceiro de outros projetos buscou
Na interdisciplinaridade o seu grande norte.
O encontro, a acolhida e a boniteza.
que Paulo Freire valoriza
Está presente com grande riqueza.
Nas atividades que realiza.
As intervenções com amorosidade
A gratidão para com a comunidade.
O diálogo, a valorização de cada indivíduo
Tudo isto tem feito crescer.
Tem feito crescer grandes potencialidades
Que mundo afora irão semear oportunidades de transformação
Transformação de realidades
Redescobertas e aprendizados
Tudo isto refletido no olhar
De quem deseja cuidar

A Educação Popular como facilitadora de autorreconhecimentos e redescobertas

Autor: Marcilane da Silva Santos; Débora Thyares Fonseca Nascimento Pereira da Silva

Organização/Movimento Social/ Entidade: Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família

O Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (PEPASF) é uma das experiências em extensão popular da Universidade Federal da Paraíba e atualmente realiza suas atividades na comunidade Santa Bárbara, João Pessoa-PB. Esta extensão traz consigo um elemento primordial gerador de transformações, que é a busca pela construção da autonomia dos indivíduos, não apenas da comunidade, mas também de seus extensionistas.

O PEPASF é composto por extensionistas (estudantes e profissionais) de diversos cursos, abrangendo desde a área Saúde, até o âmbito Social, que realizam ações em conjunto na comunidade e na própria Universidade – desde oficinas (com temas inerentes à Educação Popular ou de incentivo à escrita acadêmica) até reuniões organizativas.

O convívio mútuo de sujeitos pertencentes a áreas tão distintas é um diferencial que traz grande riqueza para a ação extensionista, pois poucas são as oportunidades acadêmicas onde se percebe a abertura para a troca de experiências entre diferentes áreas de atuação.

Elementos como práxis constante, a organização de reuniões semanais, a interdisciplinaridade, o incentivo à escrita acadêmica e as atuações junto à comunidade contribuem ao longo do tempo, para que os sujeitos envolvidos se percebam como parte integradora importante do processo do fazer extensionista. Por meio das reuniões semanais é que esse potencial se torna mais evidente, haja vista que estas são organizadas pelos próprios integrantes, o que gera aprendizados relativos à organização gestacional/administrativa do Projeto como um todo. O que gera senso de responsabilidade, cuidado e ética ainda maior.

Sobretudo ao se permitir perpassar pelas diversas multirefutas do Projeto com afinco, o extensionista não apenas se sente mais autônomo, como também se fortalece, torna-se mais crítico, se redescobre e acaba por perceber um leque de habilidades dantes adormecidas, que se forem nutridas podem consolidar-se; gerando assim, aprendizados com grande potencial de transformações na vida pessoal e profissional de cada sujeito envolvido.

De olho nas Contas e Políticas Públicas

Autor: Ana Patricia Sampaio de Almeida; Sonia Maria Pereira Marinho

Organização/Movimento Social/ Entidade: Centro de Ação Cultural- Centrac

O Centro de Ação Cultural – CENTRAC é uma entidade da sociedade civil que se define como uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1987, com sede no município de Campina Grande, Paraíba. Sua estrutura decisória é composta por Assembléia de Sócios e Conselho Gestor. Tem como missão “Contribuir para a formação de uma cultura cidadã, com ênfase nas políticas públicas, junto às organizações da sociedade civil e a cidadãos empenhados na consolidação da democracia com justiça social”.

O orçamento público existe porque cada cidadão/ã, empresa, organização contribui através do pagamento de tributos ao esforço coletivo. Uma vez que esse dinheiro chega aos cofres públicos, pode parecer que não é mais da conta do/a cidadão/ã. Varias entidades do Nordeste do Brasil apostam na capacidade dos/as cidadãos/ãs para entender e interferir em orçamentos públicos para tornar o seu uso mais equitativo e democrático. Todas essas experiências demonstram que não se trata só de controlar as contas e orçamentos públicos, senão de participar de um processo profundo de controle popular das políticas públicas. Destaca a importância do olhar cidadão que, através de mobilizações da população, permite questionar o funcionamento da sociedade brasileira e propor alternativas mais equitativas. O orçamento é o momento chave para que a gente esteja, não só reivindicando, mas propondo também.

Em Campina Grande, foi há 20 anos, a partir da consciência de que o orçamento público era o que traduzia as políticas públicas que os movimentos passaram a fazer reivindicações de várias formas e que o CENTRAC começou a trabalhar essa questão. O município não respeitava os tempos de discussões sobre o orçamento. A Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO) só chegava à Câmara de Vereadores no segundo semestre... Pode-se dizer que a questão orçamentária não existia. Então, nesse contexto pouco favorável, primeiro tínhamos que entender, era importante se apropriar do instrumento do orçamento e mobilizar a sociedade para trabalhar as reivindicações junto ao poder público. O intuito era que todas as reivindicações sociais estivessem presentes neste processo orçamentário se a sociedade civil conseguisse participar de maneira articulada.

E assim começou, participando de várias audiências, todos os anos, mobilizando a sociedade para discutir a LDO e as prioridades. Juntos, definiram o que era prioridade para aquele ano, transformavam isso em recursos no orçamento público, ao mesmo tempo em que forçavam o gestor

a cumprir seu calendário. Assim foi a estratégia que permitiu apresentar propostas a serem emendadas ao orçamento público. Os resultados foram marcantes: o orçamento era discutido em toda imprensa, a sociedade se organizava para apresentar emendas, os candidatos a prefeitos se comprometiam a implementar um orçamento participativo em Campina Grande, muitas emendas foram incorporadas no orçamento, mas infelizmente pouco se realizou.

Em 1996 tem-se uma nova etapa de conscientização da sociedade civil, ao mesmo tempo em que tem início um orçamento participativo bem diferente do que se conhecia em Porto Alegre: o trabalho e as mobilizações dos anos anteriores mostraram seus limites. Não bastava participar de um processo que tinha muitos empecilhos e no qual a gente só conseguia propor. Foi preciso partir para outro momento que permitia acompanhar as políticas para ver se realmente melhoravam a situação das pessoas. E assim, aparece como nova estratégia de atuação dos movimentos em Campina Grande, o acompanhamento do gasto público para ver se o que tinha sido planejado era executado, fazendo levantamento e analisando os balancetes.

Nos conselhos existentes, o gestor dialogava com a sociedade e apresentava dados que a gente não detinha. Havia uma dificuldade dos movimentos em acompanhar o que estava sendo discutido porque não tinha dados. Era necessário fazer esse estudo temático dos gastos para poder instrumentalizar a discussão dos movimentos com o gestor no âmbito dos conselhos. Isso levou à constituição do Fórum Permanente de Controle Social em Campina Grande, em 2004, composto por várias entidades da sociedade (sindicatos, universidades, movimento popular, movimento estudantil, associações de moradores).

Participavam vários conselheiros que trouxeram para o Fórum preocupações relacionadas com os temas que eles trabalhavam nos conselhos municipais. Analisou-se os gastos com saúde, educação, assistência social, criança e adolescência. Além da dimensão de intercâmbio entre as entidades, os encontros do Fórum eram momentos para transformar a linguagem técnica do orçamento numa linguagem compreensível a todo mundo e também se armava todo um discurso para dialogar com os secretários e os agentes políticos.

Apesar da cultura política conservadora de gestão e das numerosas práticas de cooptação das administrações públicas, as lideranças dos movimentos sociais e conselheiros/as tiveram importantes conquistas, como um maior controle de gastos desnecessários (por exemplo, as diárias), uma melhor aplicação dos recursos (durante um período, na Assistência Social). Também, foi possível ver os/as cidadãos/ãs utilizando os meios de comunicação para informar a sociedade em geral sobre a execução orçamentária no município.

ANAIS DO 1º ENCONTRO PARAIBANO DE EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

EXTELAR/PINAB/NUPLAR – 18 E 19 DE AGOSTO DE 2016

Centro de Atividades e Lazer do Aposentado e Pensionistas Padre Juarez Benício (CEJUBE)

João Pessoa- PB

A forma como as informações orçamentárias e os respectivos dados são disponibilizados dificulta a atuação dos movimentos sociais, gerando a necessidade de tradução das peças orçamentárias, a qual deveria ser bancada pelo próprio Estado. Por exemplo, se o movimento de juventude quer saber o que está previsto no orçamento para os jovens, terá que ler cada uma das peças de cada setor (saúde, educação, assistência, esporte, cultura...) pois não existe possibilidade de agrupamento. É uma diluição proposital que dificulta a transparência. Isso demonstra que o orçamento é dominado intencionalmente por alguns.

O fornecimento de dados de forma incompreensível e confusa, é um desrespeito ao princípio da transparência e, dessa forma, o direito dos/as cidadãos/ãs de ter acesso a essas informações não se concretiza. Por isso, o acesso às informações orçamentárias não pode ser resumido a um simples trabalho de fornecer tabelas e planilhas. A sociedade civil, com esforço e mobilização, consegue traduzir esses dados, mas fornece-los já de forma clara é uma obrigação do Estado. Uma vez que os dados foram conseguidos, existem diversas perspectivas para o seu uso.

Geralmente a parte analítica se faz ao mesmo tempo em que se realizam as oficinas com os grupos e/ou os conselheiros. Às vezes profissionais e organizações podem facilitar algumas etapas (busca de dados, sistematização...), mas é importante contribuir com a formação das pessoas para que estas adquiram autonomia na análise das contas, e também das políticas públicas.

Nesta fase é importante construir momentos de formação que abordem os seguintes conteúdos: (1) como se estrutura e funciona um orçamento; (2) como fazer a fiscalização; (3) como estudar as peças orçamentárias; (4) como elaborar e encaminhar propostas ou emendas.

Maré Produções Artísticas e Educacionais

Autor: Ailza de Freitas Oliveira

Organização/Movimento Social/ Entidade: Projeto Arte e Cultura Catarina

A Maré Produções Artísticas e Educacionais (MARÉ) é uma organização não governamental sem fins lucrativos, atuante há 14 anos, sediada em João Pessoa, e realiza atualmente doze projetos autofinanciados por seus 30 integrantes, em sua maioria, professores (as). Atua na área de educação, arte e cultura com promoção e circulação de espetáculos, formação docente, promoção de concursos artísticos entre estudantes das escolas em que seus membros atuam, entre outros.

A experiência que relataremos ocorre no Projeto Compartilhando Saberes, que tem como objetivo a formação docente, ao promover a troca de saberes educacionais entre seus integrantes. Tal projeto existe desde 2011, e promoveu, até então, 61 diferentes oficinas, beneficiando aproximadamente 200 oficinandos, numa troca de saberes entre os membros da Maré.

Mensalmente, com duração de 4h/a, acontece uma oficina, ministrada por um dos integrantes da Maré, com tema de escolha do mesmo, num rodízio entreicineiros e oficinandos obedecendo a uma “[...] escala de atuação individual entre os membros, a diretoria e convidados que ministram oficinas de uma experiência positiva, planejada e aplicada em sala de aula” (OLIVEIRA, 2012, p. 14-15).

Seguindo um cronograma anual, os integrantes pautam suas oficinas na tríade teoria, prática e debate, possibilitando uma vivência ampla em áreas distintas da aprendizagem.

Conforme pontuamos, “As oficinas acontecem em três momentos: momento teórico sobre o tema abordado; momento de experimentação prática e debate sobre a vivência oportunizada” (OLIVEIRA, 2012, p.15).

Esta troca de saberes, além de fortalecer os laços de aprendizagens entre os integrantes, qualifica e diversifica os saberes que são reaplicados nos locais de atuação pedagógica dos membros. Assim, cada vivência carrega consigo a possibilidade de se renovar e reutilizar, a partir do compartilhamento de saberes.

Alunos circenses e filhos de funcionários de parques de diversões

Autor: Ana Cristina soares de Souza e Marynara Alves Gabriel

Organização/Movimento Social/ Entidade: Escolarização da Comunidade Circense

É preciso garantir as crianças e adolescentes circenses e de parque de diversões com idade de 6 a 14 anos, algo que lhe é de direito: condições de acesso e permanência nas escolas. Existe a legislação da matéria com parecer do CNE/CB14/2011, aprovada em 7/12/2011, destina-se a refletir e garantir os espaços de escolarização a um significativo número de estudantes considerados nômades e em situação constante de itinerância escolar.

O conhecimento se inicia nas trocas de experiências das inter-relações com os sujeitos presentes nesse cenário educacional, pois a presença deles se configura uma demanda para a escola, fazendo-a repensar na formação de seus professores e na sua organização de ensino para inclusão de todos. Os circenses (do art 29º) da lei 6533 de 24/05/1978: Art.29. Os filhos dos profissionais de que trata esta Lei, cuja atividade seja itinerante, terão assegurada a transferência da matrícula e consequentes vagas nas escolas publica locais de ensino fundamental e médio e autorizada nas escolas particulares desses níveis, mediante apresentação de certificado da escola de origem .

A lei 394/96 – LDB nacional assegura por sua vez a garantia de matrícula na escola próxima a sua residência e o código civil no parágrafo único do artigo 72 diz: se a pessoa exercer profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicilio para as relações que lhe corresponderem. Através de uma pesquisa de campo, de caráter descritivo e exploratório, onde tivemos oportunidade de conversar com mães e pais de crianças e adolescentes que trabalham em circos ou parques de diversão, que se instalam em nossa cidade, coletamos depoimentos, através da realização de entrevistas e aplicação de questionários para coleta de dados que forneceram informações referentes à família, escolaridade e renda. Foram utilizados como transportes o ônibus e o carro do Centro de Educação desta Universidade.

Podemos observar que em geral as escolas particulares aceitam esses alunos em situação de itinerância, a escola publica apresenta uma dificuldade maior em garantir o acesso e a permanência de tais alunos em suas instituições de ensino e que na maioria a escola e as famílias desconheciam a legislação.

Esperamos que a lei publicada e aprovada em 7/12/2011 e homologada em 16/05/2012- publicada no D.O.U, que garante os espaços à escolarização destinados a alunos considerados

ANAIS DO 1º ENCONTRO PARAIBANO DE EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR
EXTELAR/PINAB/NUPLAR – 18 E 19 DE AGOSTO DE 2016
Centro de Atividades e Lazer do Aposentado e Pensionistas Padre Juarez Benício (CEJUBE)
João Pessoa- PB

itinerantes, o acesso e o direito a matrícula na escola sejam reconhecidos e estabelecidos.

Ricardo Brindeiro e a Beira da Linha: A Educação Popular construindo identidade

Autor: Josinaldo Dantas da Silva

Organização/Movimento Social/ Entidade: Conselho de Saúde Popular

No cenário atual das escolas públicas no Brasil constatamos a forte influência dos modelos educacionais bancários na sua elaboração e execução. No âmbito das políticas públicas pouco se percebe preocupações em pró de uma educação transformadora de opiniões, tanto nas secretarias municipais, estaduais como Federais. Nesse contexto, esta experiência objetiva analisar resultados da educação popular na vida da comunidade Beira da Linha- Alto do Mateus- João Pessoa, PB avaliando ações de Jovens e adultos que participaram de um modelo diferenciado da educação. Tal avaliação partirá do aumento diagnosticado de jovens e adultos na vida acadêmica social e política. Porém ao conviver na comunidade Beira da Linha, jovens e adultos passa a serem indicadores que apontam o desempenho das práticas de aprendizagem realizada por parte de Ricardo e voluntários, são eles instrumento aferidor da qualidade nesse segmento de ensino, uma vez que o ensino bancário na sua lógica atual enfatiza apenas o valor quantitativo da aprendizagem. Com seu método próprio da educação popular Ricardo Brindeiro aplicava o ensino por intermédio de modelos não padronizados contrariando o mecanismo utilizado nas escolas. Através de música, teatro e ações concretas no bairro os alunos eram envolvidos numa escola itinerantes e integral de forma que sua aprendizagem tinha como objetivo alcançar a identidade mediante o fortalecimento da solidariedade, da morosidade, da organização e da autonomia.

A discussão sobre a qualidade da educação popular em seu método de ensino perpassa sobre os processos de aprendizagem e sobre o modo pelo qual seus mestres aplica conhecimentos na vida cultural daquela realidade. Para isto, nesta experiência a pessoa de Ricardo Brindeiro é destacada como percussor desta educação na comunidade citada. Embora seja uma educação reconhecida em nosso país pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação avaliamos a falta de apoio pelos polos educacionais. Mesmo sendo para a educação no Brasil a qualidade e a igualdade o grande objetivo, continuam sendo desafios cruciais a serem enfrentados, uma vez que ambos são essenciais para atender às necessidades do país e para a construção de uma sociedade de conhecimento. As pesquisas mostram que grande parcela dos alunos de diferentes níveis educacionais apresenta deficiências de aprendizagem em disciplinas críticas. A baixa absorção de conceitos científicos prejudica a inclusão desses indivíduos na sociedade moderna.

ANAIS DO 1º ENCONTRO PARAIBANO DE EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR
EXTELAR/PINAB/NUPLAR – 18 E 19 DE AGOSTO DE 2016
Centro de Atividades e Lazer do Aposentado e Pensionistas Padre Juarez Benício (CEJUBE)
João Pessoa- PB

As políticas educativas tem encontrado um cenário de tensão entre teorias e praticas nas diversas formas de aplicação da aprendizagem. Os diversos locais de aplicação destas teorias funcionam como dispositivos legais de avaliação que apontam para a não formação de identidade. Sabendo que a educação popular não é uma teoria pedagógica criada por um intelectual, mas um saber, uma teoria construída coletivamente, Ricardo Brindeiro tinha em Paulo Freire (1983) como sendo um pioneiro do trabalho de sistematização teórica da educação popular, sendo assim o tinha como base teórica para o estudo da prática pedagógica utilizada na comunidade Beira da Linha.

A experiência vivenciada por jovens e adultos em época no aprendizado da educação popular, frutificou no que podemos visualizar na comunidade através das organizações sociais. Tipo: Movimento pela moradia, Conselho da comunidade Beira da Linha e projeto Beira da Linha.

Atendimento à criança hospitalizada

Autor: Anne Jaqueline Clark e Vanessa Araújo Toscano de Brito

Organização/Movimento Social/ Entidade: Projeto de Atendimento à Criança Hospitalizada

O Projeto de Atendimento à Criança Hospitalizada apresenta reflexões sobre as práticas psicopedagógicas desenvolvidas em ambientes de saúde significando uma intervenção hospitalar educacional para crianças e adolescentes através do resgate da escolarização de forma lúdica e interdisciplinar. Essas atividades são acontecem desde Março de 2001, no Hospital Universitário Lauro Wanderley – HULW, na ala da Pediatria do 3º andar, como Projeto de Extensão da Universidade Federal da Paraíba, sob a Coordenação e Orientação da Profª. Dra. Janine Marta Coelho Rodrigues, que tem por objetivos: Proporcionar o resgate da escolarização e da auto-estima das crianças e dos adolescentes internos no hospital Universitário Lauro Wanderley–HULW; Oportunizar as crianças e aos adolescentes internos momentos de descontração e quebra da rotina hospitalar; Envolver os acompanhantes nas atividades e Propiciar espaços alternativos de formação para os alunos universitários envolvidos no projeto.

Entendemos que as práticas psicopedagógicas hospitalares, auxiliam na recuperação da auto-estima, pois constatamos que, pelo tempo de internamento hospitalar muitas vezes por um prolongado período, representa um estado de fragilidade por parte dos internos e de seus acompanhantes. As ações são vivenciadas na “Sala de Recreação” no HULW, são desenvolvidas como atividades psicopedagógicas, objetivando o desenvolvimento pessoal e melhoria da recuperação de pacientes enfermos.

Os resultados obtidos de Março de 2001 à junho de 2016 a partir da demanda rotativa, conforme flexibilidade do período de internação, vem demonstrando a melhoria da qualidade de vida da saúde por parte dos internos e do redirecionamento da ação psicopedagógica dos profissionais em formação.

Ao longo desses quinze anos de existência o Projeto atendeu a aproximadamente 6.325 crianças internas e envolveu 985 acompanhantes no setor de Pediatria do HULW. É importante lembrar que as crianças e os adolescentes são acompanhados pelos seus familiares, que se entusiasma e participam juntamente com os seus filhos, nas atividades psicopedagógicas aplicadas.

Comissão Pastoral da Terra - CPT

Autor: Ana Hélen Vieira Rodrigues Braga –

Organização/Movimento Social/ Entidade: Comissão Pastoral da Terra – CPT

Minha experiência com a educação popular se inicia em 1996 quando eu tinha apenas 06 anos com a luta pela terra da antiga fazenda Tabatinga, no município do Conde – PB, hoje assentamento Dona Antonia. Lugar onde tive contato com brincadeiras de infância com as demais crianças, aprendendo, na inocência, o principal eixo da educação popular: a coletividade e a construção do conhecimento popular a partir de experiências construídas com as demais crianças com o ato de reiventar certas brincadeiras como: pula elástico, taco, olha o jerimum, entre outras. Na adolescência fui formanda da CPT nos encontros de jovens e formações com a valorização do campo e da terra com a agroecologia, direitos básicos da juventude e a organização social de grupos, de acordo com a diversidade e realidade existentes.

Aos 17 anos, ao terminar o ensino médio, ingressei na primeira turma de pedagogia do campo pelo PRONERA através do Programa estudante convênio – MSC/CPT/INCRA/PRONERA/UFPB. Espaço onde aprendi a valorizar ainda mais as lutas dos movimentos sociais. Foram quatro anos de imenso aprendizado e construção e desconstrução de conceitos. Um curso pensado na realidade do sujeito do campo. Em 2013 entrei na CPT com o agente de base no suporte à secretaria. A CPT é uma pastoral da igreja, atuante em todo o território nacional com presença solidária, é uma pastoral de fronteira, que é fiel ao evangelho de Jesus Cristo. Tem como objetivo apoiar os camponeses na luta por melhores condições de vida, na conquista pela terra e pela permanência nesta.

O nosso trabalho se fundamenta na palavra de Deus que narra a história de seu povo em busca da libertação, saindo das garras do faraó, no Egito, em busca da terra prometida, terra onde emana leite e mel. Nós buscamos ajudar os agricultores a fazer da terra o lugar bom de viver, com um apoio afetivo nos momentos de conquistas, festas e celebrações, como também na morte, despejos, destruições e lavouras, etc. É uma comissão cujo objetivo é defender e apoiar os trabalhadores rurais na luta por seus direitos, fortalecendo suas organizações e sistematizando suas experiências.

Na Paraíba a CPT atua em todo o Estado tendo suas sedes em João pessoa e nas dioceses de Guarabira, Campina Grande e Cajazeiras, que abrange todo o sertão. Seguindo a linha de atuação da comissão pastoral da terra, a CPT paraibana tem apoiado a luta organizada dos trabalhadores rurais como forma de construir uma realidade mais justa no campo.

ANAIS DO 1º ENCONTRO PARAIBANO DE EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

EXTELAR/PINAB/NUPLAR – 18 E 19 DE AGOSTO DE 2016

Centro de Atividades e Lazer do Aposentado e Pensionistas Padre Juarez Benício (CEJUBE)

João Pessoa- PB

A CPT João Pessoa, hoje acompanha as comunidades dos projetos de assentamentos, as áreas em conflitos, projetos de formação e educação para os jovens rurais, projeto de assistência técnica, produção orgânica e as feiras agroecológicas, atuando em 4 zonas: Várzea, Agreste, Vale e Litoral, atendendo mais de 60 áreas de assentamento e acampamentos.

Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica – PINAB

Autor: Ana Júlia Oliveira e Silva, Gabriella Santos Dantas Campello, Gabriel Nóbrega Vieira, Bruno Oliveira de Botelho, Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos, Pedro José Santos Carneiro Cruz

Organização/Movimento Social/ Entidade: Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica – PINAB

O Programa de Extensão “Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica em Saúde (PINAB)” foi criado em 2007, a partir da iniciativa de estudantes do curso de Nutrição da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), juntamente com uma professora do departamento de Nutrição, buscando por experiências alternativas ao currículo oficial que contribuíssem na formação de profissionais críticos diante da sociedade e comprometidos com a realidade de exclusão social vivenciada pelas camadas populares. De acordo com isto, o PINAB iniciou suas atividades buscando construir caminhos possíveis para o trabalho social no campo da Atenção Básica em Saúde, com foco para a prática da saúde coletiva, visando a Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nas comunidades Jardim Itabaiana I e II, Pedra Branca e Boa Esperança, localizadas no Bairro do Cristo Redentor, na cidade de João Pessoa - PB. As ações contam com a parceria de equipamentos sociais localizados no âmbito comunitário do local de realização escolhido para a implementação da proposta. Entre esses equipamentos figuram a Escola Municipal de Ensino Fundamental Augusto dos Anjos, a Unidade de Saúde da Família Vila Saúde, a Associação de Moradores da Boa Esperança, a Associação Promocional do Ancião - ASPAN.

A partir de 2012, o Programa integrou-se também como atividade vinculada ao Departamento de Promoção da Saúde da mesma Universidade, possibilitando o engajamento de estudantes de diversos outros cursos, favorecendo a construção do conhecimento de modo interdisciplinar e ampliando seus horizontes de atuação. Apesar das mudanças, o Programa manteve os objetivos de construção de atores sociais envolvidos com o meio em que vivem, adotando para isso, uma postura crítica e humanística.

As ações educativas desenvolvidas pelo PINAB envolvem: grupo de promoção da saúde com escolares (crianças e adolescentes); grupo de encontro comunitário em saúde com organizações populares locais; promoção de um curso de formação em participação popular em saúde; ações de cuidado em saúde envolvendo a pessoa idosa; acompanhamento de um grupo de Terapia Comunitária; construção de uma Horta Comunitária; implementação de ações educativas em Segurança Alimentar

ANAIS DO 1º ENCONTRO PARAIBANO DE EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

EXTELAR/PINAB/NUPLAR – 18 E 19 DE AGOSTO DE 2016

Centro de Atividades e Lazer do Aposentado e Pensionistas Padre Juarez Benício (CEJUBE)

João Pessoa- PB

e Nutricional, grupo HiperDia que atua diretamente com Hipertensos e Diabéticos, grupo Caminhada, que visa melhoria de vida para os idosos, grupo Brincando com a mente; além das vivências em comunidades através de visitas domiciliares, que funcionam como mecanismo de criação de vínculo entre extensionistas e comunidade e estímulo à participação social dos envolvidos.

As reuniões de planejamento das atividades do Programa ocorrem na comunidade, de modo que a comunidade possa participar e intervir nas decisões de cada grupo operativo e refletir sobre as inúmeras vivências em conjunto com os extensionistas, além de compartilharem todo o conhecimento e experiência de vida que possuem enriquecendo as ações e potencializando os grupos.

Os Encontros de Formação constituem momentos de discussão sobre assuntos e questões temáticas relevantes às ações dos grupos. Estas são realizadas quinzenalmente, com o objetivo de qualificar os estudantes quanto à sua atuação e de refletir sobre a prática, proporcionando crescimento e senso crítico em relação à saúde coletiva e às desigualdades sociais.

As vivências em comunidades se dão por meio de visitas domiciliares, as quais buscam propiciar uma maior interação dos extensionistas com o território, bem como possibilitar a inserção no espaço familiar de modo a priorizar a mobilização comunitária para participação nas ações de Promoção da Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional locais. Contudo, vale salientar que a visita domiciliar do Programa, sendo ele uma proposta de Extensão Popular, difere da visita profissional.

Enquanto esta última geralmente tem suas ações embasadas no processo saúde-doença, no PINAB busca-se estimular nos acadêmicos a criação de um vínculo com o indivíduo, levando-os a valorizar além dos aspectos fisiopatológicos, os aspectos emocionais, psicológicos, estruturais, econômicos e socioculturais inerentes a comunidade.

PEPASF - Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família

Autor: Claudete Francisco de Araújo Ribeiro

Organização/Movimento Social/ Entidade: Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família

A comunidade desacreditada e toda desanimada, mas eles não desistiram e de pouquinho insistindo com muita perseverança, foi gerando a confiança. Hoje a história é outra. Vou falar para vocês o que já aconteceu, falo agora de uma vez.

Já aconteceu visita do povo lá da América, conferência de saúde, tudo isso é uma obra. Passeio na bica que foi muito legal, casamento do projeto, isso foi sensacional.

Mas digo o que não gostei, falo tudo de uma vez. Os alunos foram embora, mas as experiências ficaram com muito amor. Tudo se modificou e quero dizer com carinho que de todos tem um pouquinho.

Paulo Henrique muito doce com seu jeito especial de conversar com quem fosse. Ele é muito angelical. De Rodolfo tenho saudades, pois sempre dedicado. Milena da Nutrição tinha tanta satisfação.

Vou reunir agora, Jéssica, Pedro, Carolina e Gabriel, o anjo que de anjo não tem nada. Quero dizer para vocês com muita emoção, vocês moram no meu coração.

Não posso deixar de fora quem eu vou falar agora. Maria Alice e Mateus, eles ainda me visitam. Mas vocês não acreditam o que agora vou dizer. Eles são meus dois bebês. Sou uma mãe de coração, tenho muita gratidão.

No Projeto tem de tudo. Tem anjos, príncipes e princesas. E Poliana é uma delas. Encanta com sua beleza! Raquel que não fica atrás, é bonita demais e irradia com sua delicadeza.

Marísia, Gil e Patrícia, as três juntas são demais, dominam tudo o que fazem, deixam estes alunos capazes de enfrentara jornada, que é grande a caminhada e delas não esquecerei jamais.

Falo agora de três rapazes, eles juntos são demais. Sérvulu, Sandro e Renato, os três juntos são um arraso, charme, elegância e beleza. Tudo isso é uma riqueza que não acaba jamais.

Ainda falo pra vocês com toda dedicação, do fundo do meu coração que eles capricham no que fazem. Marcilane é a poeta. Linda, bela e modesta. Com a sua poesia fala com o coração. E nos elogiando quando começa a declarar, que nos faz emocionar.

Aos demais que estão chegando, sejam bem vindos, crianças! Ao interagir com a gente, vocês só tem a ganhar neste lugar.

ANAIS DO 1º ENCONTRO PARAIBANO DE EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

EXTELAR/PINAB/NUPLAR – 18 E 19 DE AGOSTO DE 2016

Centro de Atividades e Lazer do Aposentado e Pensionistas Padre Juarez Benício (CEJUBE)

João Pessoa- PB

Aqui vou me despedindo, deixando este recado: O PEPASF é uma criança começando a engatinhar, E vocês com esperança a ensinar a caminhar. Juntos estamos nessa luta para cada dia crescer. E espero, muitas festas desta com certeza vamos viver! Aos demais que não falei, fica pra próxima vez. Se não agradei aqueles que aqui estão, isso é só um improviso.

Desculpe esta autora que brincou com vocês. Prometo da próxima vez, agradecer todos vocês.

Violência E Mulher: Experiências Performativas Vivenciadas na Comunidade Maria de Nazaré no Bairro do grotão no Município de João Pessoa-PB.

Autor: Maria Betânia Silva

Organização/Movimento Social/ Entidade: UBM-PB

Faço parte da entidade feminista U.B.M-pb União Brasileira de Mulheres-pb, luta para emancipação das mulheres nos espaços de poder, sendo estas preparadas para compreender de fato qual é o seu lugar na sociedade na qual vive, onde na sua maioria nem toma conhecimento dos seus direitos como mulher nessa sociedade, luta contra toda opressão, levando a muitas mulheres a ocupar espaços de poder na educação, na política em outros cargos onde na sua maioria era só homens que ocupavam. Na U.B.M eu ocupar um espaço como educadora da entidade e militante feminista, levando as comunidades Oficinas de teatro numa linguagem voltada contra todo tipo de opressão e vulnerabilidade, pensando uma metodologia, através dos jogos teatrais, rodas de diálogos, o teatro performe.

A Experiência: Todo trabalho se deu através da minha atuação como Atriz e Educadora e feminista, desenvolvendo um trabalho no centro de Referência da Mulher onde atualmente trabalho como educadora de lá. Na comunidade Maria de Nazaré, o trabalho se deu metodologicamente, com palestra ministrada pela a equipe do Centro de Referência da Mulher e a Performance "Francisco mim Ama" sobre a violência doméstica, e uma roda de diálogos após a apresentação da performance.

A história da personagem é baseado em uma história real de Margarida e tantas outras Margaridas que vivi no ciclo da violência doméstica e nem sabe o que é. Esse trabalho mostra como as mulheres se reconhecem na personagem e ver na sua história a sua realidade, muitas dessas mulheres vão buscar o serviço da rede após assistirem a apresentação da performance se reconhecendo na personagem.

Muitas dessas mulheres desperta para essa nova realidade e ao buscarem ajuda, tem suas vidas completamente transformada, salvando a sua vida e dos seus filhos.

O trabalho mostra a importância do instrumento pedagógico que é o "teatroperforme", levando como um cunho de informação para a comunidade a violência doméstica, tornando os sujeitos que dela participa multiplicadores de informação.

Movimento Popular de Saúde da Paraíba

Autor: Palmira Sergio Lopes e Jocineide Maria Cajueiro

Organização/Movimento Social/ Entidade: MOPS/ANEPS-PB.

Da conjunção de diferentes forças surgiu o Movimento Popular de Saúde (MOPS-PB) em 1981, durante a realização do III ENEMEC em Goiânia. Nessa época estava marcada pelas ambiguidades contidas nas ações reivindicativas e pelo avanço da abertura política em tempos de democratização, que tornava o Estado mais permeável ao processamento das demandas sociais, aguçando a face integrativa deste tipo de movimento social.

Foi edificado sobre a noção da saúde como um direito a ser provido pelo Estado, ainda que hegemônico por um radical desejo de criação do “poder popular” alternativo a este mesmo Estado, o MOPS tem como referente originário os movimentos reivindicativos urbanos por melhorias de equipamentos médicos e de saneamento básico, que priorizam formas de organização, mobilização e pressão de confronto ao Estado.

Este movimento sobrepõe-se às práticas oriundas das experiências comunitárias de medicina alternativa baseadas em recursos e saberes locais, à base de remédios caseiros, plantas medicinais e métodos naturalistas, recorrentes nas regiões mais carentes do estado e do país.

Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania

Autor: Ludmila Cerqueira Correia e Olívia Maria de Almeida

Organização/Movimento Social/ Entidade: Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania.

Durante os anos de 2012 a 2014, o Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania, vinculado ao Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (CRDH/UFPB), desempenhou suas atividades através da Educação Jurídica Popular, realizando a comunicação entre a universidade e os serviços de saúde mental do município de João Pessoa. No seu percurso, articulou pesquisa, extensão e ensino a partir das demandas de direitos humanos e saúde mental oriundas de segmentos da Luta Antimanicomial no estado da Paraíba e de usuárias e usuários de serviços de saúde mental daquele município, em conformidade com os princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira.

No primeiro ano de atuação, catorze estudantes e uma professora do curso de graduação em Direito da UFPB criaram o Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania. Após os primeiros encontros internos, a articulação com integrantes de segmentos e grupos da Luta Antimanicomial e a parceria firmada com a Secretaria da Saúde do Estado da Paraíba, o Grupo iniciou suas atividades de Educação Jurídica Popular no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM). Para tanto, formalizou as suas ações em projetos que foram submetidos ao edital do Programa de Extensão da UFPB (PROBEX/UFPB). No ano de 2013, o Grupo passou a integrar também estudantes dos cursos de graduação em Psicologia, Serviço Social e Enfermagem e uma colaboradora graduada em Terapia Ocupacional. Em 2014, a partir de nova seleção de extensionistas, estudantes dos referidos cursos se agregaram às atividades, bem como uma professora do curso de Enfermagem. Nesse último ano, as ações do Grupo foram direcionadas a um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS-AD) de João Pessoa.

A metodologia adotada pelo Grupo foi orientada pelos referenciais da Educação Popular, da Assessoria Jurídica Popular, da Educação em Direitos Humanos e do Direito Achado na Rua. Tal arcabouço teórico, político e metodológico foi estruturante para a construção de atividades na perspectiva dos direitos humanos, compreendendo as singularidades das pessoas em sofrimento mental. As atividades consistiram em: formação contínua da equipe multidisciplinar de estudantes e professoras extensionistas; preparação das oficinas temáticas em direitos humanos a serem realizadas junto ao público participante; realização das oficinas temáticas com esse público; realização de

reuniões com órgãos públicos, movimentos sociais, organizações não governamentais e setores da universidade; bem como, a avaliação das atividades realizadas.

A ação de extensão que consiste na formação contínua da equipe multidisciplinar de extensionistas tem como objetivo aprofundar os temas relacionados à atuação do projeto e estabelecer discussões nesse campo. Esta atividade é feita a partir de encontros semanais, nas seguintes temáticas: educação jurídica popular, educação popular em saúde, direitos humanos, acesso à justiça, ação interdisciplinar, saúde mental, reforma psiquiátrica, legislação e políticas públicas sobre saúde mental e na questão das drogas e direitos das pessoas e sofrimento mental e das pessoas usuárias de drogas. Para tanto, foram convidados outros professores da UFPB ou facilitadores (de organizações de direitos humanos, órgãos públicos e movimentos sociais) que fizeram uma exposição dialogada sobre o tema; houve também atividades de formação interna realizadas pelo próprio grupo, a partir de debate de filmes; e atividades de formação externas, como seminários, mesas redondas, e outros eventos nas áreas das temáticas retrocitadas.

A realização de reuniões de planejamento junto às entidades parceiras e equipe executora tiveram o objetivo de discutir os aspectos metodológicos e operacionais da proposta dos projetos. Além disso, foram realizadas reuniões entre a equipe executora do projeto com as pessoas usuárias do CPJM e do CAPS AD e profissionais e gestores dessas instituições com o objetivo de promover uma aproximação entre seus membros e a identificação preliminar das demandas das atividades de formação. A realização dessas reuniões ocorreu em momentos diversos, antes do efetivo início das atividades com o público participante. Os resultados obtidos e o impacto verificado foram a identificação dos temas de maior interesse do grupo e a integração com os usuários e profissionais das duas instituições. A preparação das oficinas temáticas se guiou pelo pressuposto de que as intervenções devem partir das experiências, demandas e necessidades do público participante. Com tais informações, os extensionistas se reuniam para preparar as linhas gerais das oficinas.

A realização das referidas oficinas com o público participante teve como objetivo promover a formação em direitos humanos das pessoas internadas no CPJM e daquelas usuárias do CAPS AD, bem como dos seus familiares e dos profissionais que ali atuam, com destaque para os direitos e mecanismos de garantias de direitos das pessoas em sofrimento mental. Além disso, discutir o papel desempenhado pelos órgãos responsáveis pela promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em sofrimento mental e das pessoas que usam drogas, sobretudo aqueles ligados aos Sistemas de Justiça e de Segurança. Essa atividade era realizada quinzenalmente e se caracterizou pelo debate e problematização de diversos temas de direitos humanos das pessoas em sofrimento mental, bem

como pelos devidos encaminhamentos de acordo com a demanda identificada, na perspectiva da Educação Jurídica Popular.

Os resultados obtidos e o impacto verificado foram: identificação das demandas dos usuários do CPJM e do CAPS AD, e como o projeto, juntamente com a equipe técnica das referidas instituições, podia encontrar formas de alcançar tais demandas. A maior parte do público participou ativamente das oficinas e dos debates propostos pelos extensionistas, demonstrando a importância e potência dos temas abordados. As vivências realizadas dentro do CPJM promoveram a aproximação entre usuários e profissionais dessa instituição e com os extensionistas, bem como o estabelecimento de vínculos importantes para os objetivos do projeto. A partir de uma relação de confiança, as pessoas participantes se sentiram presentes, ouvidas, e a partir de um momento, empoderadas acerca dos temas abordados nas oficinas, sobretudo para reivindicarem seus direitos dentro e fora da instituição. Os resultados e a avaliação realizada com os participantes do projeto demonstram que novas possibilidades surgiram dentro da instituição, como, por exemplo, uma escuta mais ativa por parte do CPJM às demandas das pessoas ali internadas.

A realização de reuniões com órgãos públicos, movimentos sociais, organizações não governamentais e setores da universidade foi uma constante na execução dos mencionados projetos e teve o objetivo de promover o diálogo e a articulação entre órgãos do Poder Judiciário e outros do Sistema de Justiça, além de outros órgãos públicos e movimentos sociais e o CPJM e o CAPS AD, de modo a fortalecer a política antimanicomial. Os resultados obtidos e impactos verificados foram: o conhecimento pelo poder público acerca das questões apontadas pelo público participante dos projetos no que se refere à garantia dos seus direitos; a qualificação do debate em torno da consolidação das políticas públicas de saúde mental com base nos princípios da reforma psiquiátrica; o fortalecimento dos segmentos do Movimento da Luta Antimanicomial na Paraíba; bem como a responsabilização dos órgãos públicos na garantia dos direitos das pessoas em sofrimento mental.

Cabe registrar que ao articular-se com outros grupos como a Frente Paraibana Drogas e Direitos Humanos, a Associação Caminhando de usuários dos serviços de saúde mental e outros movimentos sociais, o projeto colaborou com a realização de debates e formações sobre temas importantes para o fortalecimento da Lei 10.216/2001 e sua progressiva implementação e a construção de um pensamento antimanicomial na sociedade. Nesse sentido, foi significativa a participação do grupo nas mesas redondas da IV, V e VI Semanas da Luta Antimanicomial (2012, 2013, 2014), realizadas na UFPB e em outros espaços, seja proferindo palestra ou coordenando a atividade, bem como em seminários fora da Paraíba.

ANAIS DO 1º ENCONTRO PARAIBANO DE EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR
EXTELAR/PINAB/NUPLAR – 18 E 19 DE AGOSTO DE 2016
Centro de Atividades e Lazer do Aposentado e Pensionistas Padre Juarez Benício (CEJUBE)
João Pessoa- PB

Por fim, destaque-se a participação ativa do Grupo na luta pela efetivação da Lei n. 12.069/2011, que garante o passe livre em transportes públicos em João Pessoa para pessoas em sofrimento mental, mas que ainda não foi regulamentada.

GESTAR - Assessoria de Povo Tradicionais

Autor: Iany Elizabeth da Costa

Organização/Movimento Social/ Entidade: GESTAR

O grupo tem como meta a formação de jovens pesquisadores, além do fortalecimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, através da linha de pesquisa Cidade e Campo: Espaço e Trabalho. Quatro outras linhas de pesquisa a esta se somam: Geografia Agrária e Desenvolvimento Local sustentável; Movimentos Sociais no Campo; Relações de Gênero e Território; Sertão: territorialidades e representações; Território, Cultura e Poder Local. Essas linhas de pesquisas congregam os projetos dos pesquisadores que a compõem.

O eixo norteador das análises do grupo, são os estudos culturais com destaque para as identidades territoriais, e gestão do território em suas diversas faces, inclusive com ênfase nas questões étnicas e ambientais. Na interface com o urbano destacamos a relação campo-cidade, e as territorialidades étnicas que se circunscrevem, no campo e na cidade, fortalecendo estas relações.

Além disso, o grupo trabalha inúmeras outras temáticas, dentre elas: territorialidade e resistência camponesa; territórios indígenas e quilombolas; experiências agroecológicas; políticas públicas; geografia e literatura; populações tradicionais; relação sociedade-natureza; cultura e educação popular.

Desta forma, a partir da tríade ensino, pesquisa e extensão, realizamos estudos em parceria com os movimentos sociais, instituições governamentais, e organizações não-governamentais [ONG's], principalmente voltados para a formação docente.

Programação

18 de agosto de 2016

8h – Acolhida

8h30 - Análise de conjuntura da realidade brasileira e paraibana na perspectiva da Educação Popular

- Jonas Duarte (ISA/História)
- Lúcia Rocha (UBM)
- Mediador: Pedro Cruz (UFPB)

10h30h – Seminário: Memória e História da Educação Popular

- Eymard Vasconcelos (UFPB)
- Palmira Lopes (MOPS)
- Marlene (CPT)
- Socorro Borges (RECID)
- Mediador: Volmir Brutscher (EXTELAR/UFPB)

13h30 - Apresentação e discussão de Experiências

16h30 – Seminário: Pesquisa em Educação Popular

- Fernando Abath (Catarina)
- Maria Betânia (UBM)
- Mediador: José Francisco de Melo Neto (UFPB)

19 de agosto de 2016

8h – Apresentação e discussão de Experiências

10h – Identificação e debate de desafios para/da/em Educação Popular

12h – Avaliação

13h – Almoço



**1º ENCONTRO PARAIBANO DE
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR**



<http://www.grac.ufpb.br/cupas/incubos/>
Fone: (83) 3216-7654



Editora da UFPB
2017